



Universidades Lusíada

Netto, José Paulo, 1947-

Crise global contemporânea e barbarie

<http://hdl.handle.net/11067/3941>

Metadados

Data de Publicação	1994
Resumo	Esta comunicação parte da tese de que a crise global da sociedade contemporânea é sinalizada pelo exaurimento do Welfare State e pelo colapso do socialismo real mas diferencia estes dois processos: o primeiro expressa os limites estruturais da ordem capital, com a dinâmica do monopólio colidindo abertamente com as instituições democráticas; o segundo revela a inviabilidade da superação da ordem do capital sem as radicais socializações do poder político: ela conforma o enfrentamento da Direita co...
Palavras Chave	Estado-Providência - Filosofia
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 09 (1994)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T09:29:00Z com informação proveniente do Repositório

CRISE GLOBAL CONTEMPORÂNEA E BARBARIE

José Paulo Netto *

Resumo

Esta comunicação parte da tese de que a crise global da sociedade contemporânea é sinalizada pelo exaurimento do Welfare State e pelo colapso do socialismo real — mas diferencia estes dois processos: o primeiro expressa os limites estruturais da ordem capital, com a dinâmica do monopólio colidindo abertamente com as instituições democráticas; o segundo revela a inviabilidade da superação da ordem do capital sem as radicais socializações do poder político: ela conforma o enfrentamento da Direita contra as conquistas políticas e sociais da Modernidade. A derrota das propostas neo-liberais é o suposto necessário para que o desenvolvimento da crise contemporânea ultrapasse os riscos da barbárie.

Parece-me que a discussão que se propõe nestas Jornadas — e, por extensão, a que rebate nesta mesa redonda — está longe de reduzir-se à temática, aliás lugar comum do universo acadêmico, da crise de paradigmas, conexas ao propalado “esgotamento da Modernidade”. Não se trata de desqualificar à partida esta abordagem, que, como se sabe, tem provocado instigantes elaborações. Trata-se, antes, em meu entender, de procurar uma angulação inclusiva que dê conta não somente das refrações ideo-culturais típicas do tempo presente (de que a polémica sobre os paradigmas é uma ilustração emblemática), mas também da crise global da sociedade contemporânea que está na sua gênese. Eis por que parece-me que o centro do nosso debate deve envolver, prioritariamente, a efectividade desta crise. Nela, a partir de uma perspectiva marxista (reivindicada por esta comunicação), a discussão dos paradigmas não é, de modo algum, ontologicamente primária.

A crise global que marca peculiarmente as três últimas décadas deste século revela-se, plena, na crise do Estado de bem-estar e na crise do “socialismo real”, as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos próprios à ordem do capital. Nestas duas crises, elas mesmas muito

* Doutor em Serviço Social pela PUC-SP Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

distintas, a crise global mostra a sua dramaticidade — que se expressa como possibilidade de regressão social, de que o chamado neoliberalismo é sintomático.

Como se constata, a vinculação dos termos desta mesa redonda — socialismo, Estado de bem estar e o neo-liberalismo —, tomando-se ou não como referência Estado e bem público, é uma vinculação imanente.

As Expressões Diferenciadas da Crise Global

O colapso espectacular do socialismo real, operado nos últimos anos da década passada, tem constituído o objecto privilegiado dos estudiosos da conjuntura contemporânea. Compreende-se esta enfática saliência: afinal, como disse o Prof. Hobsbawm, o ano de 1989, essa espécie de “adeus a tudo aquilo”, “significa o fim de uma era” (in Blackburn, org., 1992: 93). Mas esta saliência, verificável na larga bibliografia que já se acumula desde a queda do muro Berlim (reunindo, diga-se de passagem, o melhor e o pior da teoria social), nem sempre vem contribuindo para clarificar a crise contemporânea. E isto na medida exacta em que a crise do socialismo real — por razões frequentemente ideológicas — tem sido analisada com um franco descolamento da crise da ordem do capital, donde o clichê, falso pela sua uniteralidade, de que esta quadra histórica é peculiarizada pela crise citada.

É absolutamente inegável que o colapso do socialismo real — que configura, sem dúvidas, uma crise terminal enquanto processo irreversível — sinaliza um traço particular deste final de século, com uma enequívoca significação histórica-universal. A derrocada de um padrão societário que identificou sumariamente socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia de Estado e partido fusionados, que intentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos, esta derrocada reclama um balanço de todo um projecto político que terminou por ser decepcionante em face das promessas do socialismo revolucionário. Implica mais, porém: mesmo que um tal balanço apresente conquistas que não podem ser menosprezadas, dele decorre a urgência de repensar, com radicalidade crítica, o essencial da cultura política que, há mais de um século, tornou-se a expressão mobilizadora dos valores humanistas mais vigorosos e concretos — numa palavra, está em questão o conjunto de proposições e de práticas que permitiu, até à década passada, indicar com alguma credibilidade que havia alternativas positivas à ordem do capital. A ausência desta indicação, por mínima que seja, constitui hoje um dado ponderabilíssimo no conjunto das lutas em todos os quadrantes do mundo.

Entretanto não é somente a crise do socialismo real que peculiariza a quadra histórica contemporânea. Conjuntamente com ela (na verdade, com alguma anterioridade), vem correndo, desde a passagem da década de sessenta à de setenta, a crise do “capitalismo democrático” (como quer Przeworski, 1991), na sua acabada arti-

culação que é o chamado Estado de bem-estar. Aliás, já em fins dos anos oitenta, podia-se relacionar uma abundante literatura acerca da crise do Welfare State, ela também representativa da força e dos limites da teoria social. Raramente desenvolvida tem sido, contudo, a concreta relevância histórico-universal do esgotamento do denominado Estado de bem-estar social; salvo em poucos estudos de cariz marxista, o processo foi apreendido enquanto problemática de natureza administrativa, como ilustração da necessidade de redireccionar políticas sociais, como fenómeno de carácter financeiro ou, mais geralmente, no quadro abstracto do esgotamento de padrões ideais de socialidade (6). Não é frequente colocar-se de manifesto que a crise do Welfare State explicita o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação/valorização capitalistas com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos.

Não há dúvida de que uma perspectiva analítica instigante é aquela que se contém na abordagem destas duas crises enquanto faces distintas de uma crise do domínio do capital (7), que pode ser explorada diferencialmente, seja sob a fecunda óptica de uma ontologia da sujeição do trabalho, seja à luz da saturação das formas fetichizadas da produção de mercadorias (8). No estágio actual das pesquisas, todavia, creio que é necessário aprofundar a especificidade dessas crises, apontando prioritariamente para a processualidade endógena de cada uma delas sem pagar, porém, o preço da perda do seu entrelaçamento — neste sentido, um esforço produtivo é aquele que Mandel (1989, 1990) veio desenvolvendo. E isto por uma razão elementar: se ambas plasmam um quadro da crise global para a sociedade contemporânea, suas dinâmicas — independentemente da natureza da sua interacção — remetem a lógicas medularmente diversas e com significações muito distintas. Se a resultante de ambas pode perfigurar um panorama catastrófico, com a iminência da emersão da barbárie em larga escala, seu carácter é diferente. Em síntese, as duas crises não podem ser equalizadas.

A crise do Estado de bem-estar não se reduz ao esgotamento daquele complexo processo que, na concepção simplificadora de Przeworski (1991: 243), aparece como um compromisso de classes (9). Ela é a expressão de algo muito mais fundamental (que o estudioso da social-democracia recupera, mas sem aprofundar com a consequência necessária): a curva decrescente da eficácia económico-social da ordem do capital. Considerada ao longo deste século, a ordem do capital mostrou-se inepta para promover o crescimento económico-social em escala ampla, como o comprovam dados indesmentíveis (10); esta inépcia, no entanto, é parte de uma dinâmica em que as crises inerentes ao movimento do capital se operavam no marco de ondas longas de crescimento; tais ondas longas expansivas — segundo a análise mandeliana —, de que é exemplo o padrão de crescimento das economias centrais entre o imediato pós-guerra e a década de sessenta, experimentam uma reversão neste decénio: impõem-se ondas largas recessivas, onde os picos de crescimento tornam-se conjunturais (Mandel, 1982). As projecções mandelianas, frise-se, apon-

tam para um largo lapso histórico de vigência deste padrão de desenvolvimento. Ora, o fundamento mesmo do arranjo sócio-político objectivado no Welfare State consistia nos ganhos possíveis no marco da onda larga expansiva; revertida esta, o arranjo se problematiza medularmente — não é por acidente histórico que os anos dourados do Welfare State são aqueles que vão do pós-guerra, quando o keynesianismo e as “recomendações” de Beveridge tornam-se inteiramente viáveis, à década de sessenta.

A crise do Estado de bem-estar, nesta angulação, não expressa somente acrise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital: evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado no seu arranjo. Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital incompatibiliza cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio — económicas que, por um decurso temporal limitado, tornaram — no para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sócio-político do Welfare State constitui uma possibilidade da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num limite que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal (11). Em poucas palavras: esta é “a crise do capitalismo democrático” (Przeworski, 1991: 248) na escala em que é a crise estrutural das condições que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política. Eis por que a significação da crise do Welfare State possui um alcance que está longe de ser exagerado: ela, em si mesma, revela que a manutenção e o envolver da ordem do capital estão implicando, cada vez com mais intensidade, ónus sócio-humanos de monta.

A crise do socialismo real — cuja análise ainda está longe de ser suficiente (12) — derivou num panorama espantoso. O que se mostra, sob os escombros do soxex, não é somente o colapso material de regiões inteiras que regridem rapidamente a níveis de vida típicos do “Terceiro Mundo”; este colapso acompanha-se de uma seqüela imediata de desagregação social (parece incontestemente a emersão de uma criminalidade que se julgava própria da ordem burguesa) e degradação ideal (os valores do “american way of life” se actualizam na vida cotidiana, ao lado da revivescência de particularismos horrendos) e do que podemos chamar de exemplarização negativa — as implicações da desmoralização do projecto socialista, identificado ao “socialismo de caserna”, estão custando (e ainda custarão por longo tempo) caro aos legatários da revolução (13). Mas toda essa corte de implicações não deve ocultar a gênese da crise, tomada em sua universalidade: a dissincronia que se foi instaurando entre as instituições constitutivas do sistema sócio-político e as exigências do ordenamento económico — a reduzida socialização do poder político (cristalizada pela autocracia stalinista) era congruente com a estrangulada socialização da economia (resumida na estatização). Enquanto perdurou um padrão de desenvolvimento económico extensivo, compatível com estruturas sócio-políticas rígidas e

excludentes, esta relação não teve efeitos que não pudessem ser ultrapassados. Quando, em meados da década de setenta, tornou-se imperativo (pela exaustão do crescimento extensivo, que já consolidara uma sociedade urbano-industrial) um padrão de desenvolvimento intensivo, a dissincronia comprometeu-o visceralmente — porque um tal padrão é incompatível seja com o ordenamento económico estatizado burocraticamente, seja com o seu imbricado e correspondente ordenamento político, de baixíssima participação autónoma. Paradoxalmente, a crise do socialismo real resulta do seu êxito em promover, num lapso temporal extremamente apertado, o que seriam as pré-condições para a transição socialista — aquelas inerentes a uma sociedade urbano-industrial; quando logrou criar tais condições, o arcabouço sócio — político em que assentava colidiu com as exigências da lógica de uma economia de que fora suprimida a elementar mediação societal do mercado. Assim vista, a crise do socialismo real tem uma inequívoca centralidade política, a que remetem os bloqueios do crescimento económico: deriva da ausência de uma plena socialização do poder político — só a implementação da democracia socialista, capaz de solicitar efectivamente o poder político e rebater imediatamente no ordenamento económico, com reais processos autogestionários aptos para otimizar (com a liquidação de traços e excrescências burocráticos) a alocação central de recursos, poderia garantir o desenvolvimento exitoso das experiências pós — revolucionárias.

A crise do socialismo real, nesta óptica, apenas comprova que a superação positiva da ordem do capital reclama a radical socialização do poder político e socialização da economia, sem as quais a alternativa comunista é impensável. E a crise de uma forma histórica precisa de transição, aquela que se processou localizadamente nas áreas em que as instituições próprias do mundo burguês mostravam-se de forma atrofiada. Não é, pois, a infirmação do projecto socialista revolucionário nem a negação da possibilidade da transição socialista. Seu significado histórico — universal é, de facto, radicalmente diverso do que a crise do Welfare State sinaliza: se esta última aponta para as exigências antidemocráticas imperativamente postas pelo desenvolvimento actual da ordem do capital, a crise do socialismo real demonstra que a viabilidade da superação da ordem do capital é função de uma radical democratização da vida económica, social e política — tão incompatível com os limites do movimento do capital, com as restrições de uma ditadura exercida, ainda que em seu nome, sobre os trabalhadores.

Independentemente, porém, das suas diversidades e mesmo da sua interação, o que importa é que estas duas crises sinalizam a crise global da sociedade contemporânea: os impasses a serem enfrentados imediatamente, tanto no “ex-mundo-socialista” quanto nos países capitalistas desenvolvidos (sem falar, naturalmente, na periferia infernal destes últimos), para serem equacionados positivamente — isto é, sem ônus para as grandes maiorias trabalhadoras — demandam exactamente con-

dições sócio-políticas que não estão postas na visibilidade da vida social; mais precisamente, requisitam condições que, a olho nu, não parecem disponíveis.

Com efeito, um esquemático resumo dos impasses actuais indica, como assinalou um experiente historiador, três feixes problemáticos fundamentais e imediatos: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o mundo pobre (e provavelmente, dentro do mundo rico, entre os seus ricos e os seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica” (Hobsbawn, in Blackburn, Org., 1992: 104).

Esta crise global só será solucionada com respostas positivas a estes nós problemáticos — ou se desenvolverá no sentido da regressão, que aponta para a barbarização da vida social. Ora, este é o rumo inelutável para que se dirige a proposta neo-liberal.

A Ofensiva Neo-liberal

O liberalismo clássico, enquanto sistema — ele mesmo tensionado internamente (15) — de concepções económico-políticas, teve suas bases sócio-históricas inteiramente derruídas quando a ordem do capital, no último terço do século XIX, ingressou na era do monopólio. A dinâmica do capital, na idade monopólica, anacroniza completamente as traves-mestras do pensamento liberal: os eixos teóricos-culturais que suportaram a vontade política da burguesia revolucionária perderam qualquer vigência na efectividade social. De uma parte, o “livre mercado” (que, de facto, jamais fora plenamente livre) passou ao estatuto de retórica, posto que o movimento do capital na era monopólica demande um complexo de regulações excludente de toda referência à velha “mão invisível” — donde um Estado necessariamente intervencionista que, remetendo a figura do “guarda — nocturno” ao reino da fábula, redefiniu largamente a relação público-privado, redimensionando a conexão política-económica; de outra, o bem público como implicação automática da perseguição individual de fins particulares esvaneceu-se completamente. Em resumidas contas, o velho liberalismo (16) entrava para o museu das antiguidades: tanto no plano económico (onde a doutrina é melhor designada, como querem os italianos, desde a polémica, dos anos vinte, entre Einaudi e Croce, como liberismo), entronizando o mercado como a instância societal mediadora por excelência, quanto no plano político, sacralizando o Estado mínimo, as concepções mais lididamente liberais experimentavam um total descompasso com a dinâmica própria à ordem do capital.

A tradição liberal, porém, continha uma componente que haveria de responder por sua força duradoura e que favorecia uma confusão, sobretudo quando manipulada ideologicamente, destinada a uma notável perdurabilidade histórica. Trata-se do núcleo temático relativo àquele elenco de garantias e prerrogativas que Marshall (1967) chamou de direitos civis, e que determinaria uma clarificação do âmbito das liberdades individuais. Ora, ainda que esta determinação viesse no marco do que se

convencionou caracterizar como individualismo possessivo (Macpherson, 1979, embutindo uma processualística instrumental na qual podia germinar a liquidação pura e simples do indivíduo — como o mostraram, persuasivamente, Horkheimer e Adorno (1971) (17) — parece não haver dúvidas de que ela recolhia um valor que transcendia o horizonte burguês, com pertinência ao desenvolvimento humano-genérico (18). A crítica aos limites da concepção liberal de liberdade, bem como aos seus fundamentos — aliás esboçada pelo jovem Marx —, não pode obscurecer o que há de permanente no valor que, efectiva embora restritamente, ela recuperou. Na medida em que esta crítica não foi conduzida consequentemente no plano teórico e que na prática social os experimentos sociais alternativos à ordem do capital que foram implementados não equacionaram minimamente a problemática das liberdades individuais (recebendo, por isto, críticas de herdeiros do liberalismo, quase sempre não ou mal respondidas) — nesta medida, aquela componente de herança liberal ganhou uma tal relevância que o legado do liberalismo passou a confundir-se com a garantia da liberdade *tout court*. A confusão e a prestigitação ideológica acabaram por reduzir liberdade(s) a liberalismo e a identificá-lo com democracia, numa clara falsificação histórica (19) que, apesar disto, não careceu de eficácia social. Ai reside muito da resistência ideo-cultural da tradição liberal.

Não há dúvidas de que é capitalizando esta resistência que se ergueu, no último meio século, a vertente que agora configura a ofensiva neo-liberal. Penso que se podem tomar como marcos iniciais (ainda que diversas nas suas estruturas e finalidades) as obras de Hayek e Popper, respectivamente *O Caminho da servidão*, de 1944, e *A Sociedade aberta e seus inimigos*, de 1945; a partir dos anos sessenta, essa vertente se adensa, quer com a continuidade da produção de seus “pais fundadores” (em 1957, Popper retorna ao debate com *A miséria do historicismo* e, em 1960, Hayek volta à carga com *Os fundamentos da liberdade*, numa reflexão que haveria de culminar, entre 1973 e 1979, com a trilogia *Lei, Legislação e Liberdade*, quer com a divulgação de trabalhos que avançam numa linha de elaboração similar (é de 1962 *Capitalismo e Liberdade*, de M. e R. Friedman) (20). É evidente que os vários leitões contêm porções da tradição liberal, neste meio século, não se esgotam no eixo desenhado nos autores que acabamos de citar (para dar dois exemplos muito distanciados, pense-se em Bobbio, na Itália e em Rawls, nos Estados Unidos), chegando mesmo a percorrer caminhos que derivam em construções de inusitada radicalidade (21); mas é especialmente no arco ideo-teórico polarizado por Hayek e Friedman que a ofensiva neo-liberal se apoia.

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neo-liberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia. A programática que aí se contém, compreende-se, não teria atratividade político-ideológica quando o Welfare State e os experimentos alternativos ao capitalismo registravam êxitos,

reais e/ou aparentes — é apenas quando ambos, os alvos óbvios da ofensiva neo-liberal, entram em ciclo crítico que aquilo que era mentação de intelectuais converte-se numa espécie de “espírito do tempo”; eis porque o fenómeno que L. Barti chamou de revanche do mercado só ganha ampla ressonância pública e social nos anos oitenta.

Para esta ressonância, pouco contou a folha corrida da ordem do capital na primeira metade deste século, do qual se fez tabula rasa (22) e inicialmente também contaria pouco o saldo da prova política da aplicação (mesmo que necessariamente parcial) daquela programática — a gestão Thatcher e a administração Regan (23); só na entrada dos anos noventa é que a prova dá sinais de recepção (mas este é um ponto que não cabe desenvolver aqui). Contou, ao contrário e muito favoravelmente, primeiro a crise do Welfare State, e em seguida, a do socialismo real. Esta pareceu oferecer a comprovação definitiva do fundo último daquela programática, vale dizer, a insustentabilidade de uma economia planejada; a crise do Welfare State forneceu-lhe o combustível para colocar em xeque as funções estatais como indutoras de crescimento económico e promotoras de bem-estar.

Com efeito, se o alvo derradeiro da ofensiva neo-liberal é qualquer proposta de superação socialista da ordem do capital, o centro do seu ataque constituiu-o o Estado de bem-estar. No plano teórico, o Keynesianismo é a besta-fera do neo-liberalismo: aqui, sua cruzada anti-Keynes pode ser adequadamente descrita como a contra-revolução monetarista (24). No plano social e político-institucional, o que se coloca em questão é o conjunto daquilo que o já citado Marshall arrolou como direitos sociais e as funções reguladoras macroscópicas do Estado. No plano ideo-cultural mais amplo, contrapõe-se abertamente “à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da necessidade e do risco” (Nunes, 1991: 502).

Na verdade, estes são os desdobramentos compulsórios do núcleo essencial — que sumariamos linhas acima — do neo-liberalismo; retomemos, brevemente, o trajeto daquele núcleo.

O mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável embasa o que veio a se conhecido como “tese da indivisibilidade da liberdade (Freidman, avançando sobre a reflexão de Hayek): é a liberdade económica, só possível no mercado livre (= sem mecanismos extra-económicos de regulação), que funda a liberdade civil e política. Sem mercado livre, pois, nenhuma forma de liberdade. A defesa do mercado livre, portanto, não se reduz à defesa de uma proposição estritamente económica; esta proposição, aí contida e que remete especialmente para a eficiência do mercado (sempre livre de regulação externa) em termos de inovação e crescimento económicos (25), adquire aqui o sentido da fundação de um projecto societário global, investindo sobre a estrutura social e a ordem político-institucio-

nal. Nunes (1991: 485-486) recorda que Friedman subscreve a proclamação (1947) da *Société du Mont Pélérin*: sem o poder difuso e a iniciativa associada a estas instituições (a propriedade privada e o mercado de concorrência), é difícil imaginar uma sociedade em que a liberdade possa ser efetivamente salvaguardada”. É o mercado que determina o espaço legítimo do Estado que, nas últimas formulações de Hayek, esgota-se em duas únicas funções: “prover uma estrutura para o mercado e prover serviços que o mercado não pode fornecer” (apud Merquior, 1991: 191) (26); a segunda parte da formulação revela que, em alguma medida, o Estado mínimo que os neo-liberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno” que é o seu ideal — são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade. Assim, mesmo combatendo os programas de previdência e segurança social (27), são compelidos a admitir um papel qualquer do Estado em face da miséria; uma renda mínima deveria caber aos pauperizados (“os menos afortunados”), através de um mecanismo — gerido estatalmente — do tipo imposto negativo de rendimento, a ser implantado gradualmente (uma análise sucinta da proposta de Friedman aparece em Nunes, 1991: 497 e ss.). No mais, o Estado deve permanecer, unicamente, nas palavras de Cerroni (op. e loc. cit.) apenas garantidor, isto é, Estado abstencionista”. Em resumidas contas, a proposta neo-liberal centra-se na inteira despolitização das relações sociais: qualquer regulação política do mercado (via Estado, via outras instituições (28) é negada de princípio.

É precisamente o conteúdo político desta despolitização que permitiu ao neo-liberalismo converter-se em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo — ou, nas palavras de fino analista, travejar “um projecto histórico próprio” da Direita: “libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia” (Przeworski, 1991: 258).

A grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira, em todas as latitudes, apreenderam minimamente as experiências do desenvolvimento capitalista neste século: nenhum grande burguês (e/ou seus executivos mais responsáveis) tem a menor ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado “livre”; nenhum deles imagina que a crise é uma invenção marxista; nenhum deles pretende erradicar mecanismos reguladores da economia. O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus interesses particulares de classe (29).

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neo-liberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do “Estado mínimo” pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política — O Estado máximo para o Capital.

A alternativa à barbárie

Não há nenhuma indicação capaz de sugerir que esse Estado mínimo (ou máximo para o capital) tenha condições para enfrentar e solucionar qualquer um daqueles três complexos problemáticos que, segundo o Prof. Hobsbawm, arrolamos como os elementares da crise da sociedade contemporânea — bem ao contrário. Trata-se, naturalmente, de condições políticas: um enfrentamento positivo daqueles desafios implica um sistema de regulação social (ou, para incorporarmos a análise de Mészáros, um sistema de controles sociais) que não é absolutamente conciliável com a lógica do movimento do capital “o capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radicalmente incompatíveis” (Mészáros, 1987: 31). Aquela problemática reclama exactamente um planejamento social abrangente; já não bastam sequer os mecanismos reguladores que de algum modo parametraram o desenvolvimento do “capitalismo democrático” — é necessária uma racionalidade global que ultrapasse a dinâmica objectivamente produtivista do capitalismo; portanto, uma racionalidade que fere o nervo mesmo da acumulação num quadro burguês de apropriação privada do excedente. E tanto mais que o próprio desenvolvimento tecnológico recente (a chamada “revolução científica e técnica”) potencia, exponencialmente, as tradicionais contradições da ordem do capital (30). Não é suficiente, pois, imaginar uma simples ativação das possibilidades do Welfare State; seria precisa uma “engenharia social” muito mais ampla e complexa para assegurar o mínimo equacionamento daquela problemática.

As forças políticas que, entre o segundo pós-guerra e a década de sessenta, sustentaram a vigência do arranjo próprio do Welfare State não dão mostras visíveis de, manter sequer as regulações até então operantes; mais: seu comportamento atesta que justamente elas (geralmente conotadas com o espectro social — democrata), que erigiram seus exercícios de poder e governo implementando políticas de cariz Keynesiano, são agora as que, sob os pretextos mais diversos, efectivam orientações caras à ofensiva neo-liberal (31). É obvio que este fenómeno não pode ser debitado à conta de uma qualquer “traição” — também ele sinaliza o exaurimento do conjunto de pressupostos do Welfare State. A questão, portanto, está em avaliar das possibilidades de encontrar, no marco mesmo do arranjo sócio-político que caracterizou o Estado de bem-estar, reservas que possam readequá-lo e/ou revigorá-lo aos novos desafios.

Neste ponto, abre-se um espaço de polémicas.

Parece-me legítimo inferir da argumentação de analistas como Mészáros (cf., por exemplo, os textos que citamos nesta comunicação) uma projecção de inviabilidade nesta direcção. O teórico húngaro, mesmo sem partilhar de uma visão catastrofista do evoluer da ordem contemporânea do capital, ao constatar que a crise actual “é uma crise estrutural geral das instituições capitalistas do controle social na sua totalidade (Mészáros, 1987: 42), é levado a concluir que estamos nos aproxi-

mando “de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso” (Mészáros, 1989: 171). Sobre bases diferentes, e certamente contaminadas por um viés catastrofista, a reflexão de Kurz (1992) avança mais radicalmente este prognóstico. mas nem todos os críticos da ordem do capital (e, naturalmente, das propostas neoliberais) jogam com estas projeções; numa posição diversa, Nunes — que também admite como possibilidade a barbárie, recuperando as idéias de Gross (1980) acerca do friendly fascism — considera que a ofensiva neo-liberal será derrotada pela via da expressão democrática das massas, implicando a renovação das políticas neokeynesianas, uma vez que “o capitalismo não pode admitir a morte de Keynes (...) porque não pode dispensar a permanência de revolução keynesiana como revolução permanente (Nunes, 1991: 520).

A mim me parece que estas duas posições não são excludentes. De uma parte, a crise contemporânea seguramente derivará na barbárie se o movimento do capital liberar-se, como pretende a programática neo-liberal, de regulações submetidas ao jogo de democracia política; se não parece procedente visualizar um colapso catastrófico, como se num dia o sistema ruísse, é plausível um cenário tal de cronificação da crise que torne a barbarização da vida social um dado banal da cotidianidade, com implicações muito pouco imagináveis para o desenvolvimento humano-genérico da sociedade. De outra, a persistência das instituições próprias da democracia política opera efetivamente contra esta possível linha evolutiva — e, neste sentido, a segunda das posições referidas (a de Nunes) tem algum fundamento: um forte ascenso democrático de massas pode conduzir a uma reciclagem do arranjo que foi peculiar ao Welfare State; esta posição, contudo, é debilitada pelas tendências já assinaladas das ondas longas recessivas; o que, em suma, significa que os representantes do capital haveriam de ser compelidos (pela força das massas trabalhadoras) a perdas substanciais, num arranjo já algo diverso do que se deu no Estado de bem-estar social.

De qualquer forma, e em qualquer caso, porém, a alternativa à barbárie, passando pela derrota da ofensiva neo-liberal através dos condutos da democracia política, não se esgota nestas (nem na ultrapassagem das propostas neo-liberais, nem na democracia política). Supõe aquilo que Anderson (1985: 32) constatou que foi acessível à esquerda até hoje: “um pensamento estratégico real (...), uma perspectiva concreta ou plausível para uma transição da democracia capitalista para uma democracia socialista”. E isto porque um enquadramento progressista da crise global contemporânea, mesmo no marco da ordem do capital, é função de amplos movimentos de massa que apontem para a superação desta ordem. Numa palavra: mesmo que não estejam “maduras” as condições para a transição socialista, é o conjunto de lutas que a tenham como escopo que pode bloquear e reverter a dinâmica que hoje compele o movimento do capital a rumar para a barbárie.

Não é preciso dizer que o dilema central aí contido aparece em sua crueza quando se constata, neste fim de século, que os principais vetores que encarnam as propostas alternativas para a ordem do capital ou a transição socialista estão colapsados: a social-democracia (com seu reformismo gradualista) e a vertente bolchevique dos partidos comunistas (com sua revolução explosiva). O reformismo limitado e a revolução de cariz insurreccional parecem, hoje, desterrados do reino das possibilidades exitosas de superação da ordem do capital. O que a ordem tardia do capital deitou por terra foram duas projecções: uma, que supunha possível superá-la operando de forma evolucionista-gradual, contendo sua sequelas e limitando as suas implicações através dos seus próprios mecanismos; outra, que pensava a sua superação como “necessidade histórico-natural”, como desenlace explosivo do acúmulo das suas contradições e antagonismos.

Não é provável que a ordem do capital seja mais superável por estas vias. Para que a superação venha a realizar-se, serão precisas uma vontade e iniciativa políticas que, mediante novos padrões organizativos, possam mobilizar e (auto) direccionar massas de milhões de homens para empreender a construção de uma ordem societária que erradique as bases estruturais da ordem do capital — a propriedade privada dos meios de produção, a lógica do capital e as mediações societárias centradas no mercado. Tais vontade/iniciativa e padrões organizativos deverão descartar o reformismo limitado, mas implementar reformas que abram caminho à socialização da economia e do poder político; deverão descartar os modelos de desenlaces explosivos e insurreccionais, mas sem iludir-se quanto (e preparando-se politicamente para) à inevitabilidade de momentos traumáticos num processo certamente pouco idílico — e sem qualquer concessão a uma pretensa “lógica de dois tempos” (um de “reforma”, outro de “revolução”); trata-se, aqui, de uma complexa processualidade que sintetiza num só “tempo” todas as dimensões do que Marx chamou de “época de revolução social”.

O fato de estas vontade/iniciativa políticas e seus novos padrões organizativos não estarem à vista pode configurar uma conjuntura angustiante para muitos, mas derivar desta constatação o “fim da história” é uma audácia que colide com tudo o que minimamente conhecemos dos processos sociais. Os homens podem preferir a barbárie, mas é pouco provável que o façam, pela simples (ou muito complexa) razão de que, com esta escolha, ao contrário do poeta, optariam pelo nenhum movimento.

Notas

1. Dentre a larga bibliografia já produzida, cf., por exemplo, o belo estudo de Santos (1989). Cabe recordar que a translação da problemática dos paradigmas para o âmbito da teoria social é procedimento extremamente discutível — por exemplo, Habermas (1987, I:57) faz notar que o conceito de paradigma “só pode aplicar-se às ciências sociais com certas reservas”.

2. É possível pensar como outro indicador pertinente da crise global o fracasso de projectos “terceiro-mundistas” de superação da heteronomia económica e política em face das sociedades capitalistas centrais. Nesta comunicação, não tematizarei este ponto, aliás nada desprezível.

3. Tentarei esclarecer este carácter terminal no ensaio que dediquei ao colapso do *sorex* (Netto, 1991).

4. Não retomarei aqui as notações que, a respeito, já tive oportunidade de elaborar (Netto, 1991). Quero assinalar, todavia, que não compartilho das avaliações ligeiras do processo global do socialismo real, consistentes em considerar o conjunto da sua experiência sem ponderar os ganhos sociais que ela proporcionou, tanto no interior do ex-“campo socialista”, quanto pelo efeito-temor no mundo do capital. Alguns desses ganhos são sumariados por Hobsbawn, no texto antes referido.

5. Dentre as muitas fontes acessíveis entre nós, cf. Draibe e Wilnês (1988).

6. É exemplar, aqui a divulgadíssima análise de Rosanvallon (1984), na base da qual está a tese de que a crise do “Estado-providência” radica em fenómenos de ordem cultural e sociológica. Sobre uma tal base, nada mais natural que reclamar, para a ultrapassagem de crise, um “novo contrato social”, uma sociedade solidária.

7. Que não é o mesmo que domínio do capitalismo, como Mészáros (1985: 43 e ss.) já o demonstrou.

8. Perspectiva, sabe-se, ainda pouco explorada — da primeira vertente, evoquem-se as páginas brilhantes de Chasin (1989: 10-25); da segunda, cf. o trabalho de Kurz (1992), que, apesar dos graves equívocos teóricos que contém, é um ensaio altamente instigante.

9. As análises de Przeworski são, frequentemente, ricas e fecundas — mas a sua concepção do desenvolvimento do “capitalismo democrático” é redutora na medida em que praticamente não pondera dois elementos sem os quais aquele é impensável: a gravitação efetiva das lutas de classe proletárias e o temor que o “comunismo soviético” inspirou aos grandes burgueses.

10. Recorra-se, como sumário exemplo, às indicações de Hobsbawn (in Blackburn, org., 1992: 266-267): a abrangência do “mundo desenvolvido” reduziu-se de 33% da população mundial, em 1900, para cerca de 15%, em 1989; se o “mundo desenvolvido”, em 1900, detinha um PIB per capita cerca de 3 vezes maior que o restante da humanidade, em meados da década de oitenta esta diferença já chegava a 12, 5 vezes. Para um amplo quadro quantitativo da pobreza generalizada contemporânea, cf. Fundação Getúlio Vargas/Banco Mundial (1990).

11. O leque de contradições que leva a converter a possibilidade em limite é imanente ao desenvolvimento da ordem do capital em escala planetária — desde aquelas que se manifestam nas restrições estruturais das instituições sócio-políticas às que se mostram na epiderme dos problemas administrativo-financeiros. Esta imanência é ilustrada, por exemplo, quando se analisam as incidências da internacionalização intensiva do capital na crise do Estado de bem-estar (Oliveira, 1988).

12. Vale observar, para os que cedem à tentação fácil de equalizar esta crise com a crise do marxismo, que a contribuição mais efetiva para esta análise tem saído, precisamente, de segmentos da tradição marxista. Têm sido representantes da tradição marxista os que mais substantivamente clarificam o colapso do *sorex* — comparem-se, por exemplo, as análises de Mandel, Hobsbawn et alii com as solenes tolices pronunciadas por figuras tão diversas como Z. Brzezinski, F. Fukuyama, J. Strasser e o papa João Paulo II.

13. Para citar novamente o Prof. Hobsbawn (in Blackburn, org., 1992: 102-103): “O principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo. [...] Por enquanto, não há nenhuma parte do mundo que apresente com credibilidade um sistema alternativo ao capitalismo...”.

14. Uma análise acurada revela que a crise do socialismo real envolve, nas várias sociedades nacionais em que decorreu, componentes diferenciados. Mas as peculiaridades nacionais que concorreram na crise operaram sobre o denominados comum que lhes confere unidade (não identidade) e que se menciona a seguir.

15. Vários estudiosos já chamaram suficientemente a atenção para as tensões internas do velho liberalismo — como exemplo, veja-se o trabalho de Wolff (1990).

16. Para distinções entre o velho e o novo liberalismo, cf. Bobbio (1986:107 e ss.) e Merquior (1991).

17. Muito da pesquisa da “geração clássica” de Frankfurt foi no sentido de esclarecer a capitulação da tradição liberal diante do fascismo. Mais recentemente, Cerroni (1990: 21) recordou que “boa parte da cultura liberal, após haver resistido tenazmente à rebelião das massas e após haver recusado toda compreensão aos movimentos socialistas, pôde facilmente aderir às diversas variantes do fascismo” — evocando “o apoio de Croce e Gentile (e de tantos outros liberais) ao fascismo em 1922”, ao mesmo tempo em que lembrava “o apoio dos liberais alemães à ascensão de Hitler”.

18. Emprego aqui as categorias valor e humano-genérico tais como foram determinados pela pesquisa de Heller (1972, 1975), quando a filósofa húngara ainda se inseria no campo da tradição marxista.

19. Se há componentes democráticas em vertentes liberais clássicas, é preciso deixar claro que elas foram concretizadas nos ordenamentos políticos contemporâneos graças às lutas sociais conduzidas pelos trabalhadores. Parece estabelecido que “os liberais dos séculos XVII e XVIII [...] não eram absolutamente democratas” e que “todas as teorias democráticas anteriores ao século XIX se enquadram melhor fora da tradição liberal” (Macpherson, 1978: 26-27).

20. Menciono apenas um dos trabalhos mais “populares” de Friedman. Não se pode esquecer que ele vinha produzindo desde os anos cinquenta, e que sua influência intelectual — apesar daquilo (ou graças a aquilo) que Marx chamaria de vulgar, que é a tônica da sua elaboração — cresceu na segunda metade da década de sessenta, quando esteve na American Economic Association.

21. Sabe-se como R. Nozick equaliza o imposto de renda ao trabalho escravo. Sobre Nozick, mas especialmente sobre Rawls — e com uma bela discussão acerca da filosofia política anglo-saxônica —, cf. o rico ensaio de Parijs (1991).

22. É realmente espantoso como se “põe entre parênteses” a folha corrida do capitalismo e do “livre” mercado neste século — duas guerras mundiais e várias conflagrações localizadas, uma catástrofe económica que quase deitou abaixo o sistema social e crises menores, mas reiterativas, o imperialismo, o fascismo, etc.

23. Eis um comedido balanço da era Thatcher: “Nos dois primeiros anos [do governo Thatcher] os impostos aumentaram, os salários reais caíram e o PIB caiu em 3,5%. O que é pior, a produção manufatureira caiu em 14% no mesmo período e a taxa de emprego caiu na mesma proporção... Depois da queda inicial, a recuperação foi muito lenta principalmente na indústria manufatureira. A produção não alcançou os níveis daquela de 1979 até 1987 e a taxa de emprego continuou a cair. A taxa de desemprego geral cresceu, de cerca de 4% para 10% e continuou em tal nível até 1987-1988, quando começou a declinar lentamente” (Humphrey, in Soares, org., 1990: 216). Quanto à administração Reagan, cf., dentre farta bibliografia, o artigo de Perlo (1983).

24. A melhor análise que conheço deste embate teórico-ideológico está no magnífico ensaio, lamentavelmente pouco divulgado, de Avelãs Nunes, pesquisador vinculado à Universidade de Coimbra (Nunes, 1991). No seguimento, valer-me-ei amplamente desta análise.

25. As ideias de Hayek, que, num ensaio recente, Hirschman (1992), relacionou à “retórica da intransigência”, são aqui assim resumidas por Merquior (1991: 190): “Hayek [apresentou] o mercado como um sistema

sem rival de informação: preços, salários, lucros altos e baixos são mecanismos que distribuem informação entre agentes econômicos de outra forma incapazes de saber, já que a massa colossal de fatos economicamente significativos está fadada e escapar-lhes. A intervenção do Estado é má porque faz com que a rede de informações do sistema de preços emita sinais enganadores, além de reduzir o escopo da experimentação econômica”.

Quanto à questão do mercado, curiosamente, o Prof. Nove, que está muito distanciado do neo-liberalismo, faz eco a este tipo de argumentação, criticando a projeção da supressão do mercado na transição socialista (Nove, 1983); conhece-se a polémica desatada em torno do livro de Nove (referências bibliográficas encontram-se em Blackburn, org., 1992: 210-211; vale ainda recorrer a Mandel, 1986) — plémica que, entre outros dados, revelou a capitulação de certas correntes socialistas às pressões teóricas e práticas da ordem do capital.

26. Para Friedman (s/d: 33) trata-se de instaurar um “governo sensato e frugal, que impedirá os homens de se prejudicarem mutuamente e os deixará, por outro lado, livres para dirigir os seus próprios interesses na indústria” — Nunes (1991: 486) evoca aqui o nostálgico ideal jeffersoniano.

27. São cristalinas as formulações de Friedman (s/d: 178, 172): tasi sistemas são deletérios em função do “efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Eles enfraquecem os alicerces da família [sic]; reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação; diminuem a acumulação do capital; e limitam a nossa liberdade [sic]”. O atual sistema de assistência social “não só mina e destrói a família como envenena o florescimento das atividades de caridade privadas — especificamente, o neo-liberalismo propõe, com a adscrição da assistência a atividades privadas, o que se vem chamando, entre os seus críticos, de refilantropização da assistência; também aqui é ilustrativa a concepção de Friedman, que Nunes (1991: 498) transcreve: “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados é um exemplo do uso correto da liberdade”.

28. O papel do movimento sindical na regulação do preço da força de trabalho é uma preocupação elementar do pensamento neo-liberal — naturalmente com a recusa da ação sindical. No ensaio mencionado, Nunes (1991: 480 e ss.) sumaria a argumentação neo-liberal sobre este ponto acerca do qual ela revela cristalinamente o seu carácter antidemocrático.

29. Nas décadas de setenta e oitenta, por exemplo, não se viu nenhum dos bons burgueses que protestava contra a alocação de recursos aos fundos sociais bradar contra os investimentos estatais na indústria bélica.

30. Aqui, a questão mais saliente é a do emprego: nas condições atuais do desenvolvimento capitalista, a magnitude do exército industrial de reserva (mais exatamente: da população excedentária para o capital) torna-se espantosa.

31. Como nota Callinicos (1992: 14), “as políticas de Mitterrand, González, Papandreou, Hawke e Lange, na década de 80, diferiram muito pouco das implementadas por Reagan, Kohl e Thatcher”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. — “A crise da crise do marxismo” S. Paulo, Brasiliense, 1985

BLACKBURN, R. — (org.) “Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo” Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

BOBBIO, N. — “O futuro da democracia” Rio de Janeiro, Paz e Terra, 19986

CALLINICOS, A. — “A vingança da história. O Marxismo e as revoluções do Leste Europeu” Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992

- CERRONI, U. — “Liberalismo e socialismo” Revista Novos Rumos. S. Paulo, Novos Rumos, ano 5, n.º 18/19, 1990
- CHASIN, J. — “A sucessão na crise e a crise na esquerda” Ensaio. S. Paulo, Ensaio, n.º 17/18, 1989
- DRAIBE, S. M. Wilnês, H. — “Welfare State”, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais S. Paulo, Vértice, vol. 3 n.º 6, Fevereiro de 1988
- FRIEDMAN, M. e R. — “Capitalism and freedom” Chicago, The University of Chicago Press, 1969 — “Liberdade para escolher” Lisboa, Europa-América, s/d
- Fundação Getúlio Vargas/Banco Mundial — “Relatório sobre o desenvolvimento mundial/1990. Indicadores do desenvolvimento mundial.” Rio de Janeiro, — FGV/BM, 1990
- GROSS, E. — “Friendly fascism. The new face of power in America” New York, M. Evans & Co., 1980
- HABERMAS, J. — “Teoría de la acción comunicativa” Madrid, Taurus, I-II, 1987
- HAYEK, F.A. — “Studies in philosophy, politics and economics” London, Routledge & Kegan Paul, 1978
- HELLER, A. — “O quotidiano e a história” Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972 — “Sociologia della vita cotidiana” Roma, Riuniti, 1975
- HIRSCHMAN, A. O. — “A retórica da intransigência” S. Paulo, Cia. das Letras, 1992
- HORKHEIMER, M. Adorno, T.W. — “Dialéctica del iluminismo” Buenos Aires, Sur, 1971
- KURZ, R. — “O colapso da modernização” Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992
- MACPHERSON, C. B. — “A democracia liberal. Origens e evolução” Rio de Janeiro, Zahar, 1978 — “A teoria política do individualismo possessivo” Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- MANDEL, E. — “O capitalismo tardio” S. paulo, Abril, 1982 — “In defense of socialist planning” New Left Review London, New Left, n. 159, 1986 — “Além da perestroika” S. Paulo, Busca Vida, 1989 — “A crise do capital” S. Paulo, Ensaio, 1990
- MARSHALL, T. H. — “Cidadania, classe social e status” Rio de Janeiro, Zahar, 1967
- MERQUIOR, J. g. — “O liberalismo. Antigo e moderno” Rio de Janeiro, nova Fronteira, 1991
- MÉSZAROS, i. — “Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias” Ensaio S. Paulo, Ensaio, n.º 14, 1985 — “A necessidade do controle social” S. Paulo, Ensaio, 1987 — “A crise atual” Ensaio S. Paulo, Ensaio, n.º 17/18, 1989
- NETTO, J. P. — “Crise do socialismo”, teoria marxiana e alternativa comunista. Serviço Social e Sociedade S. paulo, Cortez, ano XII, n. 37, Dezembro de 1991
- NOVE, A. — “The economics of feasible socialism” London, G.Allen & Unwin, 1983
- NUNES, A. J. A. — “O keynesianismo e a contra-revolução monetarista” Coimbra, Separata do “Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra”, 1991

-
- OLIVEIRA, F. de — “O surgimento do anti-valor” *Novos Estudos S. Paulo*, CEBRAP, n.º 28, Outubro de 1988
- PARIJS, P. Van — “Qu’est-ce qu’une société juste?” Paris, Seuil, 1991
- PERLO, V. — “As consequências sócio-económicas da reaganomia” *Problemas S. Paulo*, *Novos Rumos*, n.º 4, 1983
- PRZEWORSKI, A. — “Capitalismo e social-democracia” S. Paulo, Cia. das Letras, 1991
- ROSANVALLON, P. — “A crise do Estado-providência” Lisboa, Inquérito, 1984
- SANTOS, B. S. — “Introdução a uma ciência pós-moderna” Porto, Afrontamento, 1989
- SOARES, R. M. (org.) — “Gestão da empresa ou automação e competitividade” Brasília, IPEA/IPLAN, 1990
- WOLFF, R. P. “A miséria do liberalismo” Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990